

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis

Data: 7/8/2012



Notícias

Assembleia de Prefeitos da AMAI é nesta quarta-feira

07/08/2012 - 17:10:00

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI promove nesta quarta-feira (8), a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14h, na sede em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, entre outros.

Além dos Prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI, Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do Prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual Presidente, Narciso Biasi.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: 101 FM- Xanxerê

Data: 7/8/2012



NOTÍCIAS

Assembleia de Prefeitos da AMAI é nesta quarta-feira



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) promove nesta quarta-feira (8), a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14h, na sede em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos Prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do Prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual Presidente, Narciso Biasi.

Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê

Data: 7/8/2012



HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE

Ter, 07/08/12 às 17:18 - Visualizações: 129

Assembleia de Prefeitos da Amai será nesta quarta-feira (8)



A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) promove nesta quarta-feira (8), a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14h, na sede em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos Prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do Prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual Presidente, Narciso Biasi.

Postado por: Carol Debiasi

Veículo: 100.7 FM – Passos Maia

Data: 8/8/2012



08/08/2012 10:52

Assembleia de Prefeitos da AMAI é nesta quarta-feira

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) promove nesta quarta-feira (8), a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14h, na sede em Xanxerê.



A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos Prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do Prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual Presidente, Narciso Biasi.

Ascom AMAI

Veículo: Portal Oeste Mais – Ponte Serrada

Data: 8/8/2012



REGIÃO

Por Jhonatan Coppini

08/08/2012 - 10h05

Atualizado em 08/08/2012 - 15h28

Assembleia de prefeitos da Amai acontece nesta quarta-feira

Discussão do Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios está na pauta

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) promove nesta quarta-feira, dia 8, a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14 horas, na sede em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos prefeitos, devem participar da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

Veículo: Click Xaxim - Xaxim

Data: 8/8/2012



Assembleia de Prefeitos da AMAI é nesta quarta-feira



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) promove nesta quarta-feira (8), a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14h, na sede em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos Prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do Prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual Presidente, Narciso Biasi.

Fonte: Ascom AMAI

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 8/8/2012



Assembleia de prefeitos da AMAI é nesta quarta-feira

Xanxerê - A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) promove, nesta quarta-feira, 8, a Assembleia Ordinária de Prefeitos, com início previsto para às 14horas, na sede, em Xanxerê.

A pauta do dia inclui um único tema, a apresentação, discussão e deliberação para a implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional

para os municípios. Este Consórcio tem por objetivo contemplar todas as áreas em que o município atua, como por exemplo: saúde, educação, agricultura, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, etc.

Além dos prefeitos, participam da reunião o Gerente Regional Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weid-

genant; a Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Geisi Mascarenhas e o Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Edinando Brustolin.

A intenção da AMAI no desenvolvimento do Consórcio iniciou ainda na gestão do prefeito Dilmar Fantinelli (1º semestre de 2012) e está sendo concluída pelo atual presidente, Narciso Biasi.

Veículo: Portal EGEM - Florianópolis

Data: 9/8/2012



09/08/2012 - Curso sobre o CRAS lotou auditório da AMAI

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGEM) realizaram na última quinta e sexta-feira, o curso "CRAS com ênfase para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos".

O objetivo foi capacitar os trabalhadores da assistência social que atuam na proteção social básica, visando potencializar a qualidade dos serviços oferecidos às famílias referenciadas.

De acordo com a Assistente Social e palestrante, Vania Guareschi, o CRAS tem o foco de trabalho no atendimento as mais variadas situações que envolvem a família, desde a busca por um melhor entendimento entre os membros que a compõem, até o acompanhamento em casos de violência.

No curso, ainda foram abordados aspectos referentes à política de assistência social; ação socioeducativa no fortalecimento de vínculos comunitários e familiares; serviços para idosos e pessoas com deficiência no lar; atribuições do CRAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

A AMAI tem uma agenda de capacitações e reuniões técnicas permanente. A cada ano, os conteúdos são adaptados conforme a demanda dos municípios. Em 2012, já foram realizados 33 eventos, que envolveram 1200 servidores.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis**Data: 9/8/2012**

Notícias

Curso sobre o CRAS lotou auditório da AMAI

09/08/2012 - 13:40:00

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGEM) realizaram na última quinta e sexta-feira, o curso "CRAS com ênfase para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos".

O objetivo foi capacitar os trabalhadores da assistência social que atuam na proteção social básica, visando potencializar a qualidade dos serviços oferecidos às famílias referenciadas.

De acordo com a Assistente Social e palestrante, Vania Guareschi, o CRAS tem o foco de trabalho no atendimento as mais variadas situações que envolvem a família, desde a busca por um melhor entendimento entre os membros que a compõem, até o acompanhamento em casos de violência.

No curso, ainda foram abordados aspectos referentes à política de assistência social; ação socioeducativa no fortalecimento de vínculos comunitários e familiares; serviços para idosos e pessoas com deficiência no lar; atribuições do CRAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

A AMAI tem uma agenda de capacitações e reuniões técnicas permanente. A cada ano, os conteúdos são adaptados conforme a demanda dos municípios. Em 2012, já foram realizados 33 eventos, que envolveram 1200 servidores.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Folha do Alto Irani - Xanxerê**Data: 9/8/2012**

Veículo: Folha do Alto Irani - Xanxerê

Data: 9/8/2012



XANXERÊ

Unificação de Consórcios deve baratear e facilitar trabalhos dos municípios da Amai



Prefeitos acompanham o protocolo de intenções

Joimara S Camilotti

Baratear e facilitar a realização de projetos das 14 prefeituras da Amai (Associação dos Municípios do Alto Irani) mais três que compõem o Território da Cidadania, foi o tema da reunião dos prefeitos que aconteceu na tarde de ontem, no auditório da Amai.

O gerente Regional de Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Mauricio Weidgenant apresentou aos prefeitos o protocolo de intenções para que seja instituído o Consórcio Público Multifinalitário. A modalidade consiste em mudar a atual forma aplicada hoje, onde há diversos consórcios para cada modalidade, com a unifica-

ção será apenas um que cuidará de diferentes áreas como saúde, meio ambiente, esgotamento sanitário, entre outros. “Queremos trabalhar no Estado com dois consórcios diferentes, tínhamos setoriais e a nossa proposição é não ter mais tantos consórcios e unificar os consórcios públicos. Já fizemos uma primeira reunião com participação da sociedade civil e prefeituras, os prefeitos gostaram do novo modelo, fizeram discussões e hoje estamos para tratar do protocolo de intenção que os prefeitos vão subscrever para instituir o consórcio na Amai”, informa Weidgenant.

Com a unificação as prefeituras terão mais facilidade de elaborar projetos nas diferentes áreas, com menos custos para preparar e facilitar a cap-

tação de recursos seja Federais ou Estaduais, articular as ações que já acontecem, trocar serviços entre eles e facilitar na execução. “Uma grande dificuldade das prefeituras para que a sociedade acesse os recursos é a gestão dos contratos, que são difíceis de executar, de prestar conta”, comenta o gerente.

Com o protocolo de intenções finalizado, o documento será encaminhado para as assessorias jurídicas, assinado pelos prefeitos e fica na dependência da aprovação das Câmaras Municipais de Vereadores. A intenção é que estejam em funcionamento até o final deste ano. “Vamos elaborar o calendário para ver qual o melhor momento, já que agora todos estão voltados para o período eleitoral, o ideal é que a gente já consiga até o fim do ano ter o consórcio instituído, assim unifica, barateia os custos e faz com que as prefeituras tenham mais facilidade de acessar os recursos e tenham vantagens desde tributárias, processo licitatório, além de permitir que as prefeituras resolvam problemas que sozinhas elas encontram dificuldades como o caso dos resíduos sólidos”, finaliza.

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 9/8/2012



Veículo: Folha Regional - Xanxerê
Data: 9/8/2012



Prefeitos conhecem protocolo de intenções do Consórcio Público para a Amai

Larissa Damian

Xanxerê – Os prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) se reuniram, nesta quarta-feira, para discutir assuntos relacionados à implantação de um Consórcio Público de Desenvolvimento Regional com objetivo de contemplar todas as áreas em que o município atua.

Esse foi o terceiro momento coletivo da discussão em que foi apresentado o protocolo de intenções para os prefeitos conhecerem o consórcio e depois darem um parecer jurídico. De acordo com o gerente regional de Santa Catarina da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Maurício Weidgenant, dentre as vantagens dos consórcios estão as vantagens tributárias, priorização de acesso a determinados projetos em que os governos aplicam recursos, mas não tem operacionalização para executar os contratos. Então, é mais fácil contratar uma rede de municípios do que individualmente. “A ideia é que se possa ter técnicos, e Santa Catarina



O Consórcio vai facilitar a priorização de acesso a determinados projetos em que os governos aplicam recursos



Os prefeitos se reuniram para serem apresentados ao protocolo de intenções

já sai na frente pelo fato de ter as associações com técnicos disponibilizados que facilitam, barateiam os custos, mas a grande perspectiva do consórcio é a articulação para resolver demandas comuns dos municípios, com a possibilidade de identi-

car os principais gargalos que individualmente as prefeituras teriam dificuldade de realizar. Nós queremos instituir um consórcio multifinalitário que servirá para maximizar os custos da gestão dos contratos e facilitar a execução em todas as áreas. Já temos o consórcio de segurança alimentar do extremo oeste e o da serra que tem trabalhado com situações de sanidade animal e vegetal”, afirma.

As prefeituras não terão custos adicionais com os consórcios, já que o grupo busca utilizar a estrutura que já existe na Amai.

Conforme os tipos de projetos e volumes de recursos há possibilidade de demandar possíveis contratações novas de técnicos para fazer a gestão desses contratos, mas isso pode ser previsto no projeto sem significar uma ampliação de custos para as prefeituras.

Inicialmente a ideia é de inserir os 14 municípios da Amai e mais três da AMnoroeste e estabelecer um calendário para a instalação do consórcio.

Larissa Damian

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 15/8/2012



LEX divulga tabela da Copa Amai 2012

Xanxerê – Com a participação de seis equipes, a Copa Amai de futebol-edição 2012– começa no próximo domingo, 19 de agosto.

Dois jogos abrem a primeira fase da competição que se estenderá até o dia 23 de setembro. Em Xanxerê, a equipe do Pinheirense/Olímpicos recebe o 25 de Maio, de Abelardo Luz.

Três Quedas e Águia Azul jogam na cidade de Abelardo Luz. Os dois confrontos estão marcados para às 16 horas. A Copa Amai 2012 terá seis equipes, divididas em duas chaves:

Chave A – 25 de Maio (Abelardo Luz); Oeste



Com apenas seis equipes, a competição inicia no próximo domingo

Futebol Clube (Faxinal dos Guedes) e Pinheirense/Olímpicos de Xanxerê.

Chave B – Águia Azul (Xanxerê); Independente

(São Domingos) e Três Quedas de Abelardo Luz.

As duas equipes melhores colocadas de cada chave (1º e 2º lugares) se classificam para a segunda etapa da competição.

Nessa fase, os jogos serão eliminatórios em confrontos de ida e volta, onde os vencedores se classificam para a decisão do título.

A final da Copa Amai está marcada para o dia 28 de outubro.

O certame amador regional é uma promoção da Liga Esportiva Xanxerense com o apoio da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani).

Veículo: Portal CNM - Brasília**Data: 16/8/2012**

Amai já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

Qui, 16 de Agosto de 2012 17:28 Agência CNM

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai - SC) já tem garantido mais de R\$ 48 milhões de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a entidade e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A Amai atua junto a SEF na recuperação de recursos para os Municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Os recursos administrativos de impugnação do índice provisório em primeira instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho ainda estão em julgamento. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de R\$ 73 milhões em VA.

Para a etapa de segunda instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que R\$ 10 milhões e também podem solicitar este procedimento os Municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na primeira instância.

O julgamento dos recursos é feito pelos técnicos de Municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (Gaava). O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro de 2012. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos Municípios do Alto Irani.

O

cálculo

O movimento econômico dos Municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS). Desse valor são subtraídas as entradas das mercadorias e serviços utilizados. O resultado deste processo é o chamado Valor Adicionado. É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Veículo: 101 FM - Xanxerê

Data: 16/8/2012



NOTÍCIAS

AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado ...

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Ascom AMAI

Veículo: Alô Notícias - Xanxerê
Data: 16/8/2012



AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

Qui, 16 de Agosto de 2012 17:38

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

Valor Adicionado

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Fonte: Ascom AMAI

Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 16/8/2012



categoria: **Gerais** | 16-08-2012 / 16:30

AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Veículo: Rádio Clube SD - São Domingos
Data: 17/8/2012



AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

17 de Ago de 2012 - 08h25min

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado ...

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê**Data: 17/8/2012****HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE**

Sex, 17/08/12 às 08:29 - Visualizações: 34

AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de

recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA).

Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 17/8/2012



AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013



A AMAI atua junto à SEF na recuperação de recursos para os municípios há 34 anos

Ass.Com.

Xanxerê- A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho.

No total, os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância, são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GA-AVA). Representando o Alto Irani, participam o

coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o

Valor Adicionado?

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA).

É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Veículo: O Diário - Xanxerê**Data: 17/8/2012**

Amai já garantiu R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) já tem garantidos R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A Amai atua junto à SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF.

Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente

os pedidos de recursos maiores que R\$ 10 milhões e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis

Data: 19/8/2012



Notícias

AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

19/08/2012 - 19:39:00

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado ...

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê
Data: 19/8/2012



[HOME](#) » [NOTÍCIAS](#) » [GERAL](#)

Dom, 19/08/12 às 17:12 - Visualizações: 117

Contadores da AMAI participam de Congresso em Florianópolis



Onze técnicos da Amai participaram da capacitação

A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as Associações de Municípios promoveu nesta quinta (17) e sexta-feira (18), o 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e

Controladores Internos Municipais.

O objetivo do evento foi promover a capacitação dos profissionais responsáveis pelas contas municipais, apresentando novas ferramentas e ações para o melhoramento da administração pública.

Da região da Amai estavam presentes 11 técnicos, entre eles a Contadora da Associação Nayara Biasi e a Presidente do Colegiado de Contadores e Controle Interno, Andreza Gallas.

Aproximadamente 500 participantes acompanharam as palestras que envolveram painéis sobre temas ligados a Tributação e Arrecadação Municipal.

Ainda uma Oficina sobre Controle das Fontes de Recursos para orientar os participantes em relação a maneira de atuação do TCE/SC na fiscalização das fontes e a importância da identificação, das despesas realizadas para o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este artigo trata sobre a proibição do Poder Executivo contrair despesas, nos últimos quatro meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro deste prazo, ou que gerem parcelas a serem pagas sem que exista disponibilidade de caixa.

Após o Congresso, os temas serão discutidos pelo Colegiado de Contadores e Controladores Internos da AMAI, com foco na situação de cada município, aproximando os conteúdos da realidade regional.

Postado por: Cristine Maraga

Fotos: Fernanda Bertotto – Ascom Amai

Veículo: 101 FM - Xanxerê
Data: 20/8/2012



NOTÍCIAS

Contadores da AMAI participam de Congresso em Florianópolis



A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as Associações de Municípios promoveu nesta quinta e sexta-feira, o 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais.

O objetivo do evento é promover a capacitação dos profissionais responsáveis pelas contas municipais, apresentando novas ferramentas e ações para o melhoramento da administração pública. Da região da AMAI estão presentes 11 técnicos, entre eles a Contadora da Associação Nayara Biasi e a Presidente do Colegiado de Contadores e Controle Interno, Andreza Gallas.

Aproximadamente 500 participantes acompanharam as palestras que envolveram painéis sobre temas ligados a Tributação e Arrecadação Municipal.

Ainda uma Oficina sobre Controle das Fontes de Recursos para orientar os participantes em relação a maneira de atuação do TCE/SC na fiscalização das fontes e a importância da identificação, das despesas realizadas para o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este artigo trata sobre a proibição do Poder Executivo contrair despesas, nos últimos quatro meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro deste prazo, ou que gerem parcelas a serem pagas sem que exista disponibilidade de caixa.

Após o Congresso, os temas serão discutidos pelo Colegiado de Contadores e Controladores Internos da AMAI, com foco na situação de cada município, aproximando os conteúdos da realidade regional.

AScom

Veículo: Rádio Clube SD – São Domingos
Data: 20/8/2012



Contadores da AMAI participam de Congresso em Florianópolis

20 de Ago de 2012 - 06h56min

A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as Associações de Municípios promoveu nesta quinta e sexta-feira, o 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais.

O objetivo do evento é promover a capacitação dos profissionais responsáveis pelas contas municipais, apresentando novas ferramentas e ações para o melhoramento da administração pública. Da região da AMAI estão presentes 11 técnicos, entre eles a Contadora da Associação Nayara Biasi e a Presidente do Colegiado de Contadores e Controle Interno, Andreza Gallas.

Aproximadamente 500 participantes acompanharam as palestras que envolveram painéis sobre temas ligados a Tributação e Arrecadação Municipal.

Ainda uma Oficina sobre Controle das Fontes de Recursos para orientar os participantes em relação a maneira de atuação do TCE/SC na fiscalização das fontes e a importância da identificação, das despesas realizadas para o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este artigo trata sobre a proibição do Poder Executivo contrair despesas, nos últimos quatro meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro deste prazo, ou que gerem parcelas a serem pagas sem que exista disponibilidade de caixa.

Após o Congresso, os temários serão discutidos pelo Colegiado de Contadores e Controladores Internos da AMAI, com foco na situação de cada município, aproximando os conteúdos da realidade regional.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 20/8/2012



categoria: **Gerais** | 20-08-2012 / 09:42

Contadores da AMAI participam de congresso em Florianópolis



A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as Associações de Municípios promoveu nesta quinta e sexta-feira, o 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais.

O objetivo do evento é promover a capacitação dos profissionais responsáveis pelas contas municipais, apresentando novas ferramentas e ações para o melhoramento da administração pública. Da região da AMAI estão presentes 11 técnicos, entre eles a Contadora da Associação Nayara Biasi e a Presidente do Colegiado de Contadores e Controle Interno, Andreza Gallas.

Aproximadamente 500 participantes acompanharam as palestras que envolveram painéis sobre temas ligados a Tributação e Arrecadação Municipal.

Ainda uma Oficina sobre Controle das Fontes de Recursos para orientar os participantes em relação a maneira de atuação do TCE/SC na fiscalização das fontes e a importância da identificação, das despesas realizadas para o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este artigo trata sobre a proibição do Poder Executivo contrair despesas, nos últimos quatro meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro deste prazo, ou que gerem parcelas a serem pagas sem que exista disponibilidade de caixa.

Após o Congresso, os temários serão discutidos pelo Colegiado de Contadores e Controladores Internos da AMAI, com foco na situação de cada município, aproximando os conteúdos da realidade regional.

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis
Data: 21/8/2012



Notícias

FPM enfrenta nova queda no 2º decêndio de agosto

21/08/2012 - 17:15:00

A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê
Data: 21/8/2012



HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE

Ter, 21/08/12 às 17:02 - Visualizações: 50

AMAI indica que FPM de agosto deve fechar com baixa de 5,9%



A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Postado por: Carol Debiasi

Fotos: Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Alô Notícias - Xanxerê
Data: 21/8/2012



FPM enfrenta nova queda no 2º decêndio de agosto

Ter, 21 de Agosto de 2012 16:39



A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Fonte: Ascom AMAI

Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 21/8/2012



categoria: **Gerais** | 21-08-2012 / 17:20

Fundo de Participação dos Municípios enfrenta nova queda no 2º decêndio de agosto



A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será

de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Veículo: Oeste Mais – Ponte Serrada
Data: 22/8/2012



ECONOMIA

Por Jhonatan Coppini
22/08/2012 - 9h20
Atualizado em 23/08/2012 - 10h52

Levantamento da Amai indica que FPM de agosto deve fechar com baixa de 5,9%

Municípios já estão realizando ações para contenção de gastos,

A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada na segunda-feira, dia 20, para os cofres municipais. O valor, que já vinha com desacelerações, sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais, a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é a diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses, os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região Amai os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Veículo: Rádio Clube SD – São Domingos

Data: 22/8/2012



FPM enfrenta nova queda no 2º decêndio de agosto

22 de Ago de 2012 - 07h49min

A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%. Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%. A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período. As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos. O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia. Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Folha do Alto Irani - Xanxerê**Data: 22/8/2012**

FPM enfrenta nova queda no 2º decêndio de agosto

A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada na segunda-feira (20) para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Veículo: Rádio Clube SD – São Domingos

Data: 23/8/2012



Comissão da AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional

23 de Ago de 2012 - 06h12min

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público...

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê
Data: 23/8/2012



HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE

Qui, 23/08/12 às 08:55 - Visualizações: 37

AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional



Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos. Postado por: Carol Debiasi

Fotos: Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Liberdade FM – Abelardo Luz
Data: 23/8/2012



■ Notícias

23/08 - AMAI avança na construção do Protocolo de Consórcio de Desenvolvimento Regional

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público...

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 23/8/2012



categoria: **Gerais** | 23-08-2012 / 08:39

AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional. No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio. Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público...

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis
Data: 23/8/2012



Notícias

Comissão da AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional

23/08/2012 - 13:48:00

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público...

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Folha do Alto Irani - Xanxerê
Data: 23/8/2012



XANXERÊ

Comissão da AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou na quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio

facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Con-

sórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

O que é o consórcio público...

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.



Reunião realizada ontem com técnicos municipais

Casa da Cultura Maria Rosa

Veículo: O Diário - Xanxerê**Data: 23/8/2012**

Comissão da Amai avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional

Fernanda Bertotto/Amai

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou nesta quarta-feira (22), reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos-colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do



Técnicos municipais que integram a Comissão

Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada

Data: 23/8/2012



Contadores da AMAI participam de Congresso em Florianópolis

A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) em parceria com as Associações de Municípios promoveu nesta quinta e sexta-feira, o 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais.

O objetivo do evento é promover a capacitação dos profissionais responsáveis pelas contas municipais, apresentando novas ferramentas e ações para o melhoramento da administração pública. Da região da AMAI estão presentes 11 técnicos, entre eles a Contadora da Associação Nayara Biasi e a Presidente do Colegiado de Contadores e Controle Interno, Andreza Gallas.

Aproximadamente 500 participantes acompanharam as palestras que envolveram painéis sobre temas ligados a Tributação e Arrecadação Municipal.

Ainda uma Oficina sobre Controle das Fontes de Recur-

sos para orientar os participantes em relação a maneira de atuação do TCE/SC na fiscalização das fontes e a importância da identificação, das despesas realizadas para o cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este artigo trata sobre a proibição do Poder Executivo contrair despesas, nos últimos quatro meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro deste prazo, ou que gerem parcelas a serem pagas sem que exista disponibilidade de caixa.

Após o Congresso, os temas serão discutidos pelo Colegiado de Contadores e Controladores Internos da AMAI, com foco na situação de cada município, aproximando os conteúdos da realidade regional.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada

Data: 23/8/2012



AMAI já garantiu mais de R\$ 46 milhões de Valor Adicionado para 2013

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) já tem garantido R\$ 46.246.280,26 de Valor Adicionado (VA), de retorno do Movimento Econômico para 2013. A etapa de ajustes dos valores entre a Associação e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) está concluída. A AMAI atua junto a SEF na recuperação de recursos para os municípios desde sua fundação.

O calendário para realização das atividades referentes à recuperação de VA é estabelecido pela SEF. Neste momento, estão em julgamento os Recursos Administrativos de impugnação do índice provisório em 1ª Instância, que foram divulgados pela SEF no dia 4 de julho. No total os recursos impetrados pela região do Alto Irani são de mais de 73 milhões de reais em VA.

Para a etapa de 2ª Instância são encaminhados diretamente os pedidos de recursos maiores que 10 milhões de reais e também podem solicitar este procedimento os municípios que tiveram seus pedidos indeferidos na 1ª Instância.

Quem realiza o julgamento dos recursos, são os técnicos de municípios e Associações que integram o Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Representando o Alto Irani participam o Coordenador de Movimento Econômico (Movecon) da AMAI, Leocir Gandolfi no grupo de julgadores e o Coordenador do Movecon de Xanxerê, Wilson Lohmann no grupo de auditoria.

O resultado oficial de todos os julgamentos de acordo com a SEF deve ser publicado no Diário Oficial, até o fim do mês de novembro deste ano. O repasse do ICMS representa em média 40% da composição da receita dos municípios do Alto Irani.

O que é o Valor Adicionado ...

O movimento econômico dos municípios é constituído pela soma das mercadorias de saída mais a prestação de serviços tributados pelo ICMS, menos as entradas das mercadorias e serviços utilizados.

A diferença resultante deste processo é o que chamamos de Valor Adicionado (VA). É importante que se tenha a certeza de que os valores apurados se aproximam da realidade econômica do Município, sem distorções ou omissões dos entes obrigados a prestar informações.

Desta forma, controlar, acompanhar e fiscalizar a emissão de notas fiscais, a coleta de dados e a apuração do VA devem ser preocupação de todos os cidadãos, na defesa dos interesses do município.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Folha Regional - Xanxerê**Data: 23/8/2012**

Amai avança na formalização de Consórcio de Desenvolvimento



A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos, realizou nesta quarta-feira, 22, reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional. No encontro foram abordadas as funcionalidades do Consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o Consórcio Público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados. Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações, obras e toda e qualquer atividade que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio. Em virtude da amplitude do Protocolo

de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos prefeitos no mês de outubro.

A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público. O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

(Fernanda Bertotto – Asscom/ Amai)

Veículo: Rádio Clube SD – São Domingos**Data: 24/8/2012****Três municípios da AMAI recebem nota maior que 6 no IDEB na rede municipal****24 de Ago de 2012 - 06h11min**

Três municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) alcançaram nota maior que 6 na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esta média é considerada correspondente a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. As três melhores notas na região da AMAI, na rede municipal de ensino, avaliando as séries iniciais foram: Vargeão - 6,6; São Domingos - 6,2 e Xaxim - 6,1. Com estas informações em mãos, o MEC estabelece metas para a melhora do ensino no país. Com estes índices, os municípios ficaram acima da média brasileira que foi de 4,7 e a do Estado de 5,7. Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: O Diário – Xanxerê**Data: 24/8/2012****Três municípios da Amaí recebem nota maior que 6 no Ideb na rede municipal**

Três municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) alcançaram nota maior que 6 na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esta média é considerada correspondente a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

As três melhores notas na região da Amaí, na rede municipal de ensino, avaliando as séries iniciais foram: Vargeão - 6,6; São Domingos - 6,2 e Xaxim -

6,1. Com estas informações em mãos, o MEC estabelece metas para a melhora do ensino no país. Com estes índices, os municípios ficaram acima da média brasileira que foi de 4,7 e a do Estado de 5,7.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê
Data: 24/8/2012



HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE

Sex, 24/08/12 às 14:47 - Visualizações: 308

Aplicação da Lei de Acesso a Informação é repassada aos servidores públicos



Rodrigo de Bona da Silva, servidor efetivo da Controladoria Geral da União

Nesta tarde de sexta-feira (24), os servidores públicos das prefeituras de abrangência da Amai, estiveram reunidos para uma palestra sobre a Lei de Acesso a Informação e Controle

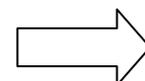
Interno. O principal objetivo desse encontro é mobilizar e sensibilizar as prefeituras da importância de ter uma sistemática que permita o atendimento das demandas da sociedade dentro do prazo previsto pela lei de acesso a informação, ou seja, em 20 dias.

Rodrigo de Bona da Silva, servidor efetivo da Controladoria Geral da União, explicou para os servidores públicos sobre a Lei de Acesso a Informação, sob o número 12.527/2011, e que todos os municípios com menos de 50 mil habitantes terão até início de 2013 para ter o portal da transparência e disponibilizar todas as ações da administração.



- A divulgação ativa de todos os gastos públicos já é obrigatório desde 2009, mas foi feito um cronograma para as prefeituras poderem se adaptar conforme o porte. Estamos entrando na última fase, que são os municípios com menos de 50 mil habitantes e que tem até início de 2013 para terem seu portal da transparência. Já é obrigatório em outras

legislações e o prazo está se encerrando. A gente percebe que de modo geral as prefeituras já têm essas informações da chamada transparência ativa, só que não orientam a sociedade de como pedir, como pesquisar, como consultar, então essa é outra ponta que está sendo fechada com essa lei nova – explica o servidor efetivo da Controladoria Geral da União.



A Lei de Acesso a Informação (12.527/2011) é aplicada em todos os órgãos públicos e é um direito do cidadão ser orientado sobre os procedimentos de consecução de acesso, bem como o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação. Rodrigo explica que “se alguém pedir qualquer coisa na prefeitura tem que responder em 20 dias sob pena de responsabilização inclusive por crime de improbabilidade administrativa”.



O vice-presidente da Amai, prefeito Osmar Tozzo, frisa que é necessário o entendimento dessa lei e que deve ser cumprida para todos os municípios.

- Hoje, está sendo discutido a lei de responsabilidade, ou então a lei de acesso a informação, que o pessoal da Controladoria Geral da União vai repassar os subsídios necessários para que os técnicos das prefeituras possam implantar em nossos município. É muito importante essa discussão, muitas dúvidas têm, porque é uma lei nova e, assim, com a vinda dos técnicos poderá subsidiar ainda mais os nossos municípios para a implantação da lei – comenta Tozzo.

Cerca de 80 profissionais dos municípios participam nesta tarde da palestra que acontece no auditório da Associação das Entidades Empresariais deXanxerê (AEEEX).



Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 24/8/2012



categoria: **Gerais** | 24-08-2012 / 17:37

Amai promove curso para esclarecer dúvidas e orientar sobre a Lei de Acesso a Informação



Na tarde desta sexta-feira (24), a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), juntamente com a Controladoria Geral da União, promoveu um curso para os servidores públicos das prefeituras de abrangência da Amai para orientar, esclarecer dúvidas e mostrar a importância que a Lei de Acesso a Informação tem para a população. Também os assuntos Controle Interno e Controle Social foram debatidos na reunião.

Para o vice-presidente da Amai e prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo, ao trazer o técnico da CGU, Rodrigo de Bona da Silva,

os servidores recebem informações e subsídios para a implantação dessa nova lei nos municípios. “É uma lei nova mas que tem que ser cumprida e o município tem que estar tirando as suas dúvidas sobre o assunto, então hoje é o momento”, afirmou o prefeito.

A Lei de Acesso a Informação, nº 12.527/2011, garante ao cidadão o direito a qualquer informação que seja gerada pelo município (com mais de 50 mil habitantes), Estado, União e por entidades privadas que recebam recursos públicos, tudo disponibilizados em um portal da transparência. Assim, vai ser possível ter acesso a todas as ações administrativas como atos de licitação, contratos, obras, salários, informações que sejam pertinentes ao cidadão.

Além do acesso pela internet, as informações também poderão ser solicitadas na prefeitura. “O cidadão também vai poder chegar na prefeitura, em um setor específico que vai ser criado para isso e terá uma pessoa capacitada que vai estar prestando a orientação. O cidadão chega, protocola um pedido de informação e a prefeitura tem 20 dias para dar essa informação que, dependendo, pode ser prorrogado o prazo para mais 10 dias. O pedido não precisa ser justificado, apenas conter a identificação do requerente e a especificidade da informação solicitada”, explica Ingrid Piovesan, secretária executiva da Amai.

A exceção à regra, segundo Ingrid, são os municípios com menos de 10 mil habitantes. “Até 10 mil habitantes não é obrigatório a publicação na internet, apenas que tenham o serviço dentro da prefeitura para prestar esclarecimentos à população.”

“A lei é muito importante porque vem de encontro à informação, à transparência, à democratização da gestão pública. Todos os atos públicos terão que ser veiculados na internet para a população e é uma lei que não vem só para os municípios, mas também para órgãos estaduais, federais, inclusive para os poderes judiciários e outros órgãos da gestão pública”, finaliza Tozzo.

Texto: Aline Tonello/Click Xanxerê

Veículo: O Diário - Xanxerê**Data: 24/8/2012**

FPM sofre nova queda no 2º decêndio de agosto

A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada nesta segunda-feira (20) para os cofres municipais.

O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%.

Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mes-

mo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período.

As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de ju-

nho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia.

Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas extras e controle das cotas de combustível.

Veículo: Folha Regional - Xanxerê
Data: 24/8/2012



Municípios precisam inserir informações no Portal da Transparência

Larissa Damian

Xanxerê – Nos últimos tempos, fala-se muito na administração pública sobre a obrigatoriedade da transparência das informações dos gastos públicos para a sociedade. Uma das últimas informações repassadas para a comunidade através da internet foi o salário dos servidores do Governo do Estado. Porém, ainda existem mais dados que devem ser repassados, inclusive a nível municipal.

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) realizou uma palestra sobre a Lei de Acesso à Informação para que os municípios consigam evoluir para atender essa demanda que começa a surgir na sociedade pela busca de informações. De acordo com o ministrante da palestra e analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União, Rodrigo de Bona da Silva, os municípios estão mais atrasados em termos de sistema informatizado para gerir essas informações e demandas. Ainda falta priorizar esse assunto por parte dos gestores. A Lei de Acesso à Informação obriga a chamada transparência passiva que é o atendimento de demandas da sociedade e a lei complementar de 131/2009 obriga a transparência ativa que é a publicação de todos os dados referentes aos gastos públicos no site do Portal da Transparência. “O que se tem agora é a outra ponta para cobrir efetivamente a transparência que é a obrigatoriedade de prestar as informações em um prazo curto, de ter um responsável em cada prefeitura para gerenciar as informações. Ainda temos dificuldades em entender licitações para as



Larissa Damian

Os municípios com menos de 50 mil habitantes têm até início de 2013 para terem o Portal da Transparência



O palestrante explica que a lei complementar de 131/2009 obriga a transparência ativa

obras públicas com volume de dinheiro alto, taxas de iluminação pública e limpeza e que os serviços não são prestados adequadamente. Tem toda a questão de corrupção no direcionamento de licitações, serviços que são contratados e não são prestados, mas não chegamos nessa movimentação da sociedade para perguntar esse tipo de coisa”, explica.

Em relação à divulgação ativa de todos os gastos públicos, já é obrigatório desde 2009, mas foi feito um cronograma para órgãos

públicos poderem se adaptar conforme o porte. A lei, a partir de 2009, exige que a União, Estados, Distrito Federal e municípios com mais de 100 mil habitantes tenham um ano para se adequar a lei, já para os municípios que tenham entre 50 mil e 100 habitantes o tempo de adequação é de dois anos e para as cidades que tem até 50 mil habitantes o tempo de se adaptar a lei é de quatro anos. Os municípios com menos de 50 mil habitantes têm até 2013 para terem o Portal da Transparência.

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê
Data: 29/8/2012



HOME » NOTÍCIAS » COMUNIDADE

Qua, 29/08/12 às 17:30 - Visualizações: 77

Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional



O Ministério da Cultura (Minc) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem

fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

(Fernanda Bertotto – Ascom AMAI)

Postado por: Carol Debiasi

Veículo: Alô Notícias - Xanxerê

Data: 29/8/2012



Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional

Qua, 29 de Agosto de 2012 17:19



O Ministério da Cultura (MinC) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Fonte: Ascom AMAI

Veículo: Click Xanxerê - Xanxerê
Data: 29/8/2012



categoria: **Gerais** | 29-08-2012 / 17:44

Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional



O Ministério da Cultura (Minc) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Veículo: Rádio Clube SD – São Domingos

Data: 30/8/2012



Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional

30 de Ago de 2012 - 08h02min

O Ministério da Cultura (Minc) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 30/8/2012



Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional

Ass.Com. Amai

O Ministério da Cultura (Minc) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), decidiu-se encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se



Divulgação

Projeto prevê a execução de um Circuito Regional de Cultura e Gastronomia

aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O prefeito de Entre Rios e presidente da AMAI, Nar-

ciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Veículo: O Diário - Xanxerê**Data: 30/8/2012**

Colegiado de Cultura da Amai delibera encaminhamento de Projeto Regional

Divulgação



Projeto encaminhando propõe um circuito de cultura e gastronomia.

O Ministério da Cultura (Minc) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Veículo: Portal Fecam - Florianópolis
Data: 30/8/2012



Notícias

Colegiado de Cultura da AMAI delibera encaminhamento de Projeto Regional

30/08/2012 - 13:25:00

O Ministério da Cultura - Minc abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura - FNC. Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela AMAI com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a AMAI estará completando 35 anos de fundação.

O Prefeito de Entre Rios e Presidente da AMAI, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da AMAI com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.

Fernanda Bertotto - Ascom AMAI

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada
Data: 31/8/2012



Comissão da AMAI avança no protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional
Página 6

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada
Data: 31/8/2012



Comissão da AMAI avança na construção do Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Regional

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) considerando a deliberação da última Assembleia de Prefeitos realizou reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão para elaboração do Protocolo de Intenções de um Consórcio de Desenvolvimento Regional.

No encontro foram abordadas as funcionalidades do consórcio: assembleia geral, objetivos, áreas de atuação, identificação de cada um dos entes que podem vir a integrar o consórcio público, participação da sociedade civil através de órgãos colegiados.

Por meio do Consórcio facilita-se o repasse de recursos da União; realização de licitações,

obras e toda e qualquer atividade de que possa ser feita de forma compartilhada, desde que prevista dentro das áreas de atuação do Consórcio.

Em virtude da amplitude do Protocolo de Intenções, a Comissão agendou outra reunião para concluir os trabalhos. Quando o Protocolo estiver finalizado, será encaminhado para aprovação e assinatura pelos Prefeitos no mês de outubro. A partir disto, será realizado o processo de ratificação, no qual os municípios terão um prazo de dois anos para aderir ao Consórcio mediante aprovação de lei pela Câmara dos Vereadores ou manifestar ato de retirada do consórcio público.



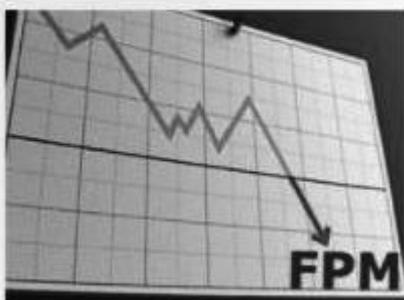
Reunião com os técnicos municipais que integram a Comissão da AMAI.

O que é o consórcio público?

O consórcio público é uma prestação de serviço público em regime de gestão associada, através de pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada**Data: 31/8/2012**

FPM enfrenta nova queda no 2º decênio de agosto



A 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi repassada na última semana para os cofres municipais. O valor que já vinha com desacelerações sofreu nova queda. O mesmo ocorreu no mês de julho deste ano, fechando o acumulado de doze meses com um declínio de 10,80%. Levantamento realizado pela Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) indica que o FPM do mês de agosto deve fechar com uma baixa de 5,9% em relação ao mesmo período de 2011, em termos nominais. Entretanto, em termos reais a redução será de 10,20%.

A diferença entre taxa

nominal e taxa real é bastante simples: a taxa nominal é a taxa que normalmente é divulgada pelas instituições financeiras, enquanto que a taxa real é dada pela diferença entre taxa nominal e a inflação do período. As baixas do período são justificadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concentração da restituição do Imposto de Renda (IR), que ocorre de junho a dezembro, todos os anos.

O maior impacto financeiro é sentido, principalmente, nos municípios menores, onde o FPM integra 39,60% das transferências constitucionais. Quando diminuem os repasses os municípios são obrigados a adotar medidas que gerem economia. Na região do Alto Irani, os municípios já estão realizando ações para contenção de gastos, como por exemplo, realização de turno único, limitação de empenho, corte de horas-extras e controle das cotas de combustível.

Veículo: Oeste Notícias – Ponte Serrada

Data: 31/8/2012



Três municípios da AMAI recebem nota maior que 6 no IDEB na rede municipal



Três municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) alcançaram nota maior que 6 na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esta média é considerada correspondente a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

As três melhores notas na região da AMAI, na rede municipal de ensino, avaliando as séries iniciais foram: Vargeão - 6,6; São Domingos - 6,2 e Xaxim - 6,1. Com estas informações em mãos, o MEC estabelece metas para a melhora do ensino no país. Com estes índices, os municípios ficaram acima da média brasileira que foi de 4,7 e a do Estado de 5,7.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Veículo: Folha do Alto Irani - Xanxerê
Data: 31/8/2012



XANXERÊ

Colegiado de Cultura da Amai delibera encaminhamento de Projeto Regional

O Ministério da Cultura (MinC) abriu processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura (FNC). Podem participar órgãos da administração pública direta e indireta nos estados, municípios e Distrito Federal, além de instituições privadas de natureza cultural sem fins lucrativos.

Em reunião com o Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) decidiu encaminhar um projeto para a execução de um circuito regional de cultura e gastronomia.

O projeto será elaborado pela Amai com apoio da empresa ProRecursos. Se aprovado pelo MinC, o projeto será realizado em outubro de 2013, mês em que a Amai estará completando 35 anos de fundação.

O prefeito de Entre Rios e Presidente da Amai, Narciso Biasi, ressalta que o objetivo da Amai com este projeto é a valorização da cultura na região do Alto Irani, pois, cada município possui características únicas que devem ser preservadas.